

# Sobre a produção automática de texto

## Acerca de la producción automática de texto

### About automatic text production



**Solange Gallo<sup>1</sup>**

**Márcio José Silva<sup>2</sup>**

**Resumo:** Neste artigo trazemos uma reflexão a respeito da autoria relativa a espaços enunciativos informatizados, notadamente em práticas técnicas de produção de textos. Visamos compreender o funcionamento do que se entende por sujeitos produtores de conteúdo e, igualmente, o funcionamento dessa produção. Com isso pudemos, neste trabalho, contribuir para a compreensão da prática de produção automática de texto.

**Palavras-chave:** Produtores de conteúdo; Autoria; Espaços Enunciativos Informatizados

**Resumen:** In this article, we bring a reflection on authorship in relation to computerized enunciative spaces, notably in technical practices of text production. We aim to understand the functioning of what is understood by subject producers of content and,

---

<sup>1</sup> Licenciada em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1978), mestre em linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1989), doutora em ciências da Universidade Estadual de Campinas (IEL) (1994) e doutora também pelo Collège International de Philosophie de Paris (1992).

<sup>2</sup> Licenciatura plena em Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2018).

likewise, the functioning of this production. With this, we were able, in this work, to contribute to the understanding of the practice of automatic text production.

**Palavras-clabe:** Productores de contenido; Paternidad literaria; Espacios Enunciativos Computarizados.

**Abstract:** En este artículo traemos una reflexión sobre la autoría en relación a los espacios enunciativos informatizados, en particular en las prácticas técnicas de producción de textos. Pretendemos comprender el funcionamiento de lo entendido por sujetos productores de contenidos y, asimismo, el funcionamiento de esta producción. Con eso, pudimos, en este trabajo, contribuir a la comprensión de la práctica de producción automática de textos.

**Key-words:** Content producers; Authorship; Computerized Enunciative Spaces

...

Temos discutido a questão da autoria em trabalhos recentes, tendo a materialidade digital como elemento determinante de uma nova forma discursiva. Essa forma discursiva, que denominamos escritorialidade, abarca os discursos que circulam através de processos de mediatização, próprios da produção linguageira forjada na materialidade digital. Decorrentes dessa circulação, há determinações na formulação e na constituição dos discursos, nessas condições. Nesse âmbito, trata-se de processos de normatização próprios de cada espaço enunciativo informatizado.

Antes de continuarmos na direção da análise de produções exemplares, trataremos do que estamos entendendo por espaços enunciativos informatizados. Temos, aí, na própria nomenclatura da noção, uma qualificação desses espaços, como sendo enunciativos. Segundo Guimarães “o espaço de enunciação é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes” (Guimarães, 2018, p.23). Assim, o autor relaciona línguas e falantes ao definir um espaço enunciativo.

Produziremos, aqui, um primeiro deslocamento que consideramos necessário para a noção de língua, trazendo a noção de materialidade significativa de Lagazzi.

Tomando a definição de discurso como a relação entre a língua e a história, definição que encontramos em reformulações ao longo do trabalho de Orlandi, pontuei nessa definição a possibilidade de ampliar seu escopo analítico. Ao definir o discurso como relação entre a materialidade significativa e a história, pude concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história. Materialidades prenes de serem significadas. Materialidade que compreendo como o modo significativo pelo qual o sentido se formula. (LAGAZZI, 2011, p. 276)

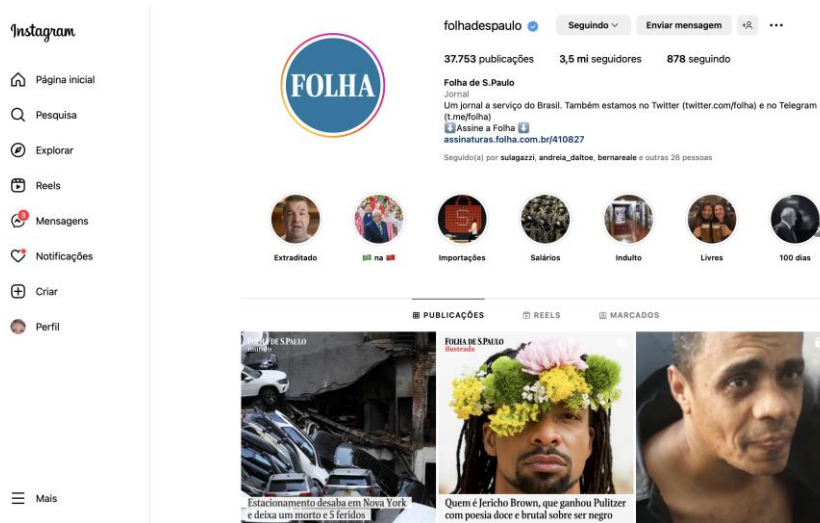
Assim, ao relacionar as línguas aos falantes, estamos considerando, ainda, outras materialidades significantes nessa relação, conforme nos propõe a autora, como uma possível contribuição para se compreender os espaços de enunciação como sendo não somente espaços de línguas e falantes, mas também espaços de outras materialidades significantes aí imbricadas.

Parafraseando Guimarães, chegamos, então, a uma possível definição de um espaço enunciativo informatizado, considerando-o, portanto, um espaço de relações entre materialidades significantes no qual elas funcionam na relação com interlocutores.

Feita essa necessária digressão, voltemos à forma-discurso de escritorialidade, na qual o discurso é materializado em espaços enunciativos informatizados.

Vejamos o seguinte exemplo:

Figura 1: Perfil da Folha de São Paulo no Instagram



Fonte: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 19/04/2023.

Temos, aí, um perfil institucional do *Instagram*, o perfil do jornal A Folha de São Paulo. A primeira pergunta que poderíamos fazer poderia ser sobre o estatuto dessa publicação. Trata-se de uma publicação tão legitimada quanto é o jornal como um todo? Mas o que seria o jornal como um todo? Vejamos o site da Folha de São Paulo.

Figura 2: Site da Folha de São Paulo



Fonte: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 19/04/2023.

Aqui estão exemplos da primeira e da última página que se pode acessar na rolagem do site. O Jornal se desdobra na vertical, trazendo as seções em manchetes que podem ser acessadas na íntegra, com um clique sobre elas. O todo do jornal é repleto de propagandas que se misturam ao conteúdo, que é composto de imagens e manchetes, com pouco texto grafado nessa enorme página principal. Uma marca aí presente, que é recorrente em espaços enunciativos informatizados, é a existência de ícones por meio dos quais é possível fazer download e/ou compartilhar, separadamente, cada seção, distribuindo-as como fragmentos do jornal, para outros espaços enunciativos informatizados.

Neste espaço enunciativo, analogamente ao que acontece no perfil da rede social Instagram, realiza-se uma organização em blocos de conteúdos e cada um deles é tornado público como um produto informacional que compõe a textualidade da página do jornal, juntamente com outros blocos, cuja formulação corresponde à necessidade de poder realizar fluxos desiguais em relação aos outros. Dito de outro modo, esta característica aponta para um funcionamento no qual a circulação é determinante em relação à formulação.

Portanto, o jornal digital, se comparado ao jornal impresso, é fragmentado e passível de dispersão, em razão da forma que se apresenta quando forjado na materialidade digital. Porém, continua a ter um espaço próprio, informatizado, acessível através de um endereço exclusivo, embora associado a uma empresa maior, a *uol*, que oferece outros serviços, e que o hospeda, enquanto página (<https://www.folha.uol.com.br>). Essa empresa se apresenta como “a maior empresa brasileira de conteúdo, tecnologia, serviços e meios de pagamentos.” Portanto, trata-se do mercado de conteúdo, além de se tratar de jornalismo. Essas condições de produção do jornal, na versão digital, já são esclarecedoras do atravessamento de sentidos do marketing, na produção do jornal.

Quanto às interlocuções, elas só são possíveis aos assinantes do jornal, e não têm visibilidade. Funciona de maneira semelhante ao funcionamento das cartas dos leitores, da versão impressa. Não há ênfase nesse processo.

Podemos concluir que o jornal A Folha de São Paulo, quando forjado na materialidade digital, mantém seu efeito de unidade e de legitimidade, embora haja fragilidades nesse sentido, devido à dispersão e fragmentação próprios dessa materialidade. Há um ganho na acessibilidade do jornal, que está disponível, porém não se explora, nessa versão, uma condição de possibilidade que é a interlocução com os leitores. Isso será, então, explorado nas redes sociais, como por exemplo, no Instagram. Porém, nessas redes o jornal não se apresenta como uma unidade e não produz o mesmo efeito de legitimidade. Trata-se de fragmentos, adequados a rede na qual estão sendo publicados, mas principalmente, nesses casos, trata-se de um espaço de interlocução, em razão da própria normatização do espaço enunciativo informatizado.

Portanto, o jornal digital, se comparado ao jornal impresso, é fragmentado e passível de dispersão, em razão da forma que se apresenta quando forjado na materialidade digital. Porém, continua a ter um espaço próprio, informatizado, acessível através de um endereço exclusivo, embora associado a uma empresa maior, a *uol*, que oferece outros serviços, e que o hospeda, enquanto página (<https://www.folha.uol.com.br>). Essa empresa se apresenta como “a maior empresa brasileira de conteúdo, tecnologia, serviços e meios de pagamentos.” Portanto, trata-se do mercado de conteúdo, além de se tratar de jornalismo. Essas condições de produção do jornal, na versão digital, já são esclarecedoras do atravessamento de sentidos do marketing, na produção do jornal.

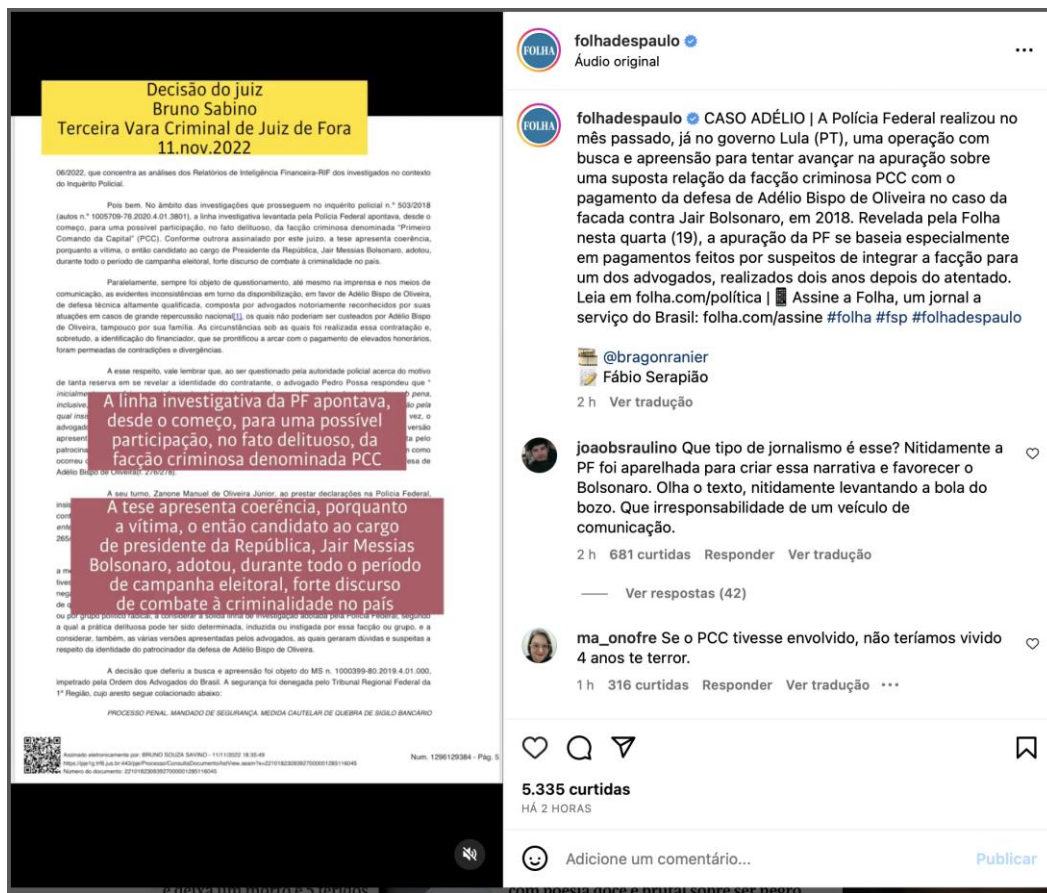
Quanto às interlocuções, elas só são possíveis aos assinantes do jornal, e não têm visibilidade. Funciona de maneira semelhante ao funcionamento das cartas dos leitores, da versão impressa. Não há ênfase nesse processo.

Podemos concluir que o jornal A Folha de São Paulo, quando forjado na materialidade digital, mantém seu efeito de unidade e de legitimidade, embora haja fragilidades nesse sentido, devido à dispersão e fragmentação próprios dessa materialidade. Há um ganho na acessibilidade do jornal, que está disponível, porém não se explora, nessa versão, uma condição de possibilidade que é a interlocução com os leitores. Isso será, então, explorado nas redes sociais, como por exemplo, no Instagram. Porém, nessas redes o jornal não se apresenta como uma unidade e não produz o mesmo efeito de legitimidade. Trata-se de fragmentos, adequados a rede na qual estão sendo publicados, mas principalmente, nesses

casos, trata-se de um espaço de interlocução, em razão da própria normatização do espaço enunciativo informatizado.

Por exemplo, ao clicar em uma imagem, temos a matéria e ao lado, os comentários.

Figura 3: Perfil da Folha de São Paulo no Instagram, com comentários



Fonte: <https://www.instagram.com/fohadespaulo/channel/>. Acessado em 11/11/2022

Consideramos esse, um espaço de controvérsias, no qual há a possibilidade de se opor ao sentido do texto, mas no qual não se dá visibilidade à contradição.

Quanto mais controvérsia, melhor para o negócio das redes. Além disso, é com determinada matéria que a interlocução está em relação, e não com o jornal, como um todo, o que ajuda a manter o efeito de consenso.

Vejamos o que diz Pêcheux sobre contradição, que não é um problema entre diferentes línguas, mas um problema entre diferentes sentidos da língua:

A particularidade da revolução burguesa foi a de tender a absorver as diferenças rompendo as barreiras: ela universalizou as relações jurídicas no momento em que se universalizava a circulação do dinheiro, das mercadorias...e dos trabalhadores livres.

Para tornar-se cidadãos, os sujeitos deviam, portanto, se libertar dos particularismos históricos, cujo imediatismo visível os entravava: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus "preconceitos"...e sua língua materna: a "questão lingüística" chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional. O resultado do que acabamos de lembrar brevemente consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de um só língua, tendencialmente, Una e Indivisível, como a República. (PÊCHEUX, 1990, p. 10-11)

A contradição, neste caso aqui analisado, está no fato de que, ao circular, sujeitos autores e instituições são submetidos aos processos de normatização e de mediação das redes sociais. Isto produz algum deslocamento em relação à forma dos discursos de escrita, e uma outra inscrição dos sujeitos que, por ser atravessada pela forma discurso de escritorialidade, implica outro funcionamento da autoria. O que está em causa é a legitimação dos discursos que são forjados nessa forma de escritorialidade, na qual o efeito-autor, que é um efeito de unidade e legitimidade, próprio dos discursos de escrita, não se verifica. Trata-se de produtos “*prêt à porter*” e fragmentados, de certa forma descolados de processos historicamente constituídos na memória de uma discursividade jornalística, que poderia ser mobilizada para a interpretação, mas que é substituída por uma memória recente, relativa a outras postagens da mesma temática, que remetem às mesmas palavras-chave no arquivo informatizado. As interlocuções materializam esse deslocamento e embora possa haver, entre os comentários, críticas dirigidas diretamente ao jornal e à sua conduta, como é o caso do comentário: “que tipo de jornalismo é esse...”,

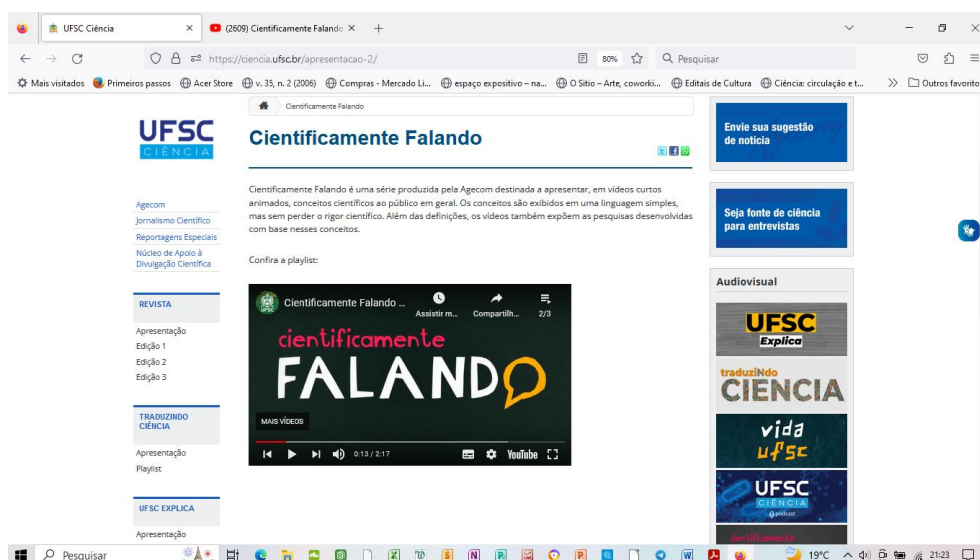


visto na imagem acima, isso não funciona como contradição, e sim como controvérsia, pela forma material da postagem, que é basicamente assimétrica e autoritária (e não democrática, como é o seu efeito). Ou seja, a posição da postagem prevalece sobre os comentários e, apesar das críticas, é dominante do ponto de vista da materialidade técnica, e quanto mais controversa for a intervenção do interlocutor, melhor para o negócio.

Esse é um funcionamento observado em todos os espaços enunciativos informatizados, e que é determinado (pela) e determina, a forma da circulação dos discursos, a formulação e a constituição dos sentidos e dos sujeitos, caracterizando a forma discursiva de escritorialidade.

Poderíamos considerar, além do jornalismo, a própria prática de divulgação de conhecimento científico, como caso exemplar. Nessa prática, essa mesma contradição também está presente. Em linhas gerais, podemos dizer que as práticas de produção de conteúdo, nos moldes do que encontramos circulando nas redes sociais de influenciadores digitais, vêm se tornando uma tendência. E o que nos parece mais intrigante é o fato de que a inscrição dos discursos nessa forma da escritorialidade, enquanto condição imposta pela normatização das redes sociais, além de outros espaços enunciativos informatizados, tem determinado, inclusive, a forma como universidades e grupos de pesquisa realizam divulgação científica na atualidade. Vejamos um exemplo:

**Figura 4:** Página do Cientificamente Falando.



**Fonte:** <https://ciencia.ufsc.br/apresentacao-2/>. Acesso em 10/05/2023.

A série ‘cientificamente FALANDO’ é um fragmento da seção UFSC CIÊNCIA. Trata-se de uma série formulada em formato audiovisual e encontra-se disponível não apenas no site institucional desta universidade, mas também em outros espaços enunciativos informatizados em que esta instituição está inscrita, como o *Youtube* e a rede social *Instagram*, por exemplo.

Na discursividade deste site, assim como na do jornal, o modo de organização em blocos de conteúdo, a ausência de referências bibliográficas, bem como a existência de ícones para compartilhamento e para assistir ao vídeo diretamente no *youtube*, são marcas importantes do deslocamento ao qual nos referimos acima.

Além disso, especificamente nesta série que aqui destacamos, a curta duração dos vídeos, o uso de animações e diversos outros elementos gráficos amplamente explorados na formulação de produtos derivados da indústria cinematográfica e dos games, são características que, tanto corroboram esta proposição, quanto apontam para uma inscrição na qual a instituição ocupa posição de sujeito produtor de conteúdos.

Neste modo de organização, por blocos de conteúdos, cada vídeo da série é (ex)posto para circular e ser consumido enquanto um produto de divulgação científica, cujas condições de produção são afetadas pela normatização e pela materialidade técnica digital dos espaços enunciativos informatizados, em especial, nas redes sociais, uniformizando o conhecimento científico, na medida em que o relaciona à memória da mídia. Pequeno (2020) nos fala sobre esse poder uniformizante de uma prática técnica. Neste caso, aquela relacionada à materialidade digital.

A produção e inscrição social de mais e mais práticas técnicas ligadas ao gesto linguageiro é frequentemente a produção de uma diminuição na variabilidade possível desse gesto, já que qualquer materialidade específica e regular estabelece parâmetros particulares de inteligibilidade. Esses parâmetros se somam, e em aplicativos como por exemplo o Microsoft Word, o WhatsApp ou o Twitter, a espessura de práticas técnicas é tão grande, a ponto de se tornar não só invisível, mas também ensurdecadora. (PEQUENO, 2020, p.287)

Importante ressaltar o fato de que esses vídeo-produtos também funcionam, eles mesmos, como espaço publicitário, e na medida em que esses produtos são formulados na discursividade das redes sociais e transportados para o site da instituição, cujas condições de produção pressupõem uma inscrição identificada ao discurso de acadêmico,

que é um discurso de escrita, temos uma contradição: discursos que, apesar de suas especificidades divergentes, aí funcionam se confrontando e produzindo efeitos de sentido, como por exemplo, a existência de anúncios comerciais e a possibilidade de redirecionamento de um espaço enunciativo pelo qual responde uma instituição pública, para outros que correspondem aos interesses de empresas privadas e que, não necessariamente, estão correlacionados à área de divulgação de conhecimento. Estão incluídos neste campo de possibilidades, desde empresas de consultoria e/ou cursos online, até grandes supermercados, e não há um critério de legitimidade nesse processo. Esta é, também, uma marca dos processos de mediação presentes na circulação dos discursos de divulgação de conhecimento que estão nas redes sociais e outros espaços enunciativos informatizados nos quais se inscrevem sujeitos produtores de conteúdo.

No que diz respeito ao funcionamento da autoria, começamos nossa análise destacando que nesta série o roteiro contempla, com bastante regularidade, cenas em que se simula uma entrevista a alguém que ocupa posição já legitimada no âmbito da temática abordada no vídeo-produto em questão, geralmente um professor da instituição que responde pelo site. Este é um gesto recorrente em práticas de divulgação científica: a utilização da autoridade de alguém reconhecido como especialista para falar de algum assunto, alguma ideia ou produto que se queira expor para consumo. Há aí, também, contradição. Explicamos: se, por um lado, podemos aí reconhecer marcas dos discursos de escrita e do efeito-autor que lhe corresponde, como o fato de os convidados serem sempre sujeitos já reconhecidos por seus pares e pelo público geral como uma autoridade naquilo de diz, a simulação de um formato de ‘entrevista com o autor’, a exposição do vínculo funcional deste entrevistado com uma instituição de ensino e com grupos de pesquisa dos quais ele é colaborador; por outro lado, se produz um “falar o que se está pensando”, sem citar fontes bibliográficas ou estudos já publicados, o que é marca de errância, deslocamento em relação às normatizações do discurso científico e/ou de outros discursos de escrita, como o jurídico, por exemplo.

Este deslocamento de que tratamos aqui, encontra-se marcado já no título mesmo, que dá nome a série ‘cientificamente FALANDO’, sendo que os recursos tipográficos que compõem este nome, com destaque para gesto de substituição do ‘o’ por uma ilustração que remete a uma conversa, evidenciam um gesto de desconstrução, por assim dizer, um passo em marcha na direção de um desmonte, no que diz respeito às estruturas dos

processos de normatização que regulam o funcionamento do discurso de divulgação científica. Esta ênfase na fala e, por conseguinte, nos efeitos de sentido que se articulam a partir de uma conversa, parece estar no vórtice das condições de produção em que se formulam estes vídeo-produtos, de modo que tais condições não se realizam desconexas em relação à instância da circulação, pois são determinadas por ela.

Trata-se de processos discursivos que afetam os discursos de escrita, produzindo deslocamentos correspondentes a uma demanda-comanda, aparentemente incontornável, própria do modo de produção capitalista, a saber, o desmonte de fronteiras e o avanço das instâncias ordinárias e não legitimadas sobre territórios que, até ontem, pareciam dominados pelos discursos de escrita e pelas instituições que lhes correspondem.

O avanço que vemos acontecendo é, em outros termos, um gesto político por meio do qual tornam-se cada vez mais indiscerníveis as fronteiras entre o científico e o ordinário, entre o que se diz-faz ancorado por um discurso institucional(izado) e o que é tornado público sem que se tenha seguido qualquer tipo de critério técnico na formulação e que, apesar disso, pela via da circulação, na medida em que se dispersa e alcança muitos sujeitos inscritos em diversos espaços enunciativos, produz efeitos de legitimidade. E este mo(vi)mento, de forma ardilosa, vem se realizando pela via do consenso, por processos para os quais as noções de “fala” e de “conversa” parecem estratégicas, já que podem dissimular algum sequestro da reversibilidade e do polêmico, que são imprescindíveis no campo das disputas políticas.

No *corpus* que analisamos, destaca-se ainda uma recorrente utilização de recursos audiovisuais em que imagens cotidianas e objetos reais se mesclam com cenas de produções cinematográficas e animações aparentemente infantis.

No caso do material analisado, o fato de se tratar de um gesto produzido no âmbito de uma instituição superior de ensino e pesquisa causa estranhamento, já que, neste gesto o que está em jogo não é a transferência do discurso científico para o discurso de divulgação científica, mas um confronto entre estes discursos, uma disputa no e pelo espaço enunciativo. Nesta luta, o humor, a brincadeira e a informalidade operam como armas para minar a legitimidade do científico, já que, pela via do lúdico e do pedagógico constroem-se bons disfarces para o autoritário e, quase sempre, nesses casos, pouca ou nenhuma reversibilidade é possível.

## Considerações Gerais

As duas análises trazidas aqui, têm relação com a prática de sujeitos produtores de conteúdo. Estamos diferenciando sujeitos produtores de conteúdo de sujeitos autores. Essa diferenciação pode esclarecer uma prática de produção de texto, contemporânea, que pouco tem a ver com a tradicional prática de um autor.

Para esclarecer esse ponto, começarei por citar um trecho de um artigo no qual, recentemente, retomei a diferença entre função-autor e efeito-autor, as duas dimensões que nos permitem compreender um sujeito-autor, do ponto de vista do discurso. Ou seja,

“...a função-autor não pode ser considerada uma função decorrente de discursos dominantes, ou seja, um efeito somente de discursos legítimos, mas sim uma condição decorrente do ideológico, e nesse caso, de todo sujeito, na medida em que o sujeito deixa de ser um indivíduo, ao ser interpelado, quando adentra a linguagem, pois para habitá-la é preciso uma tomada de posição que torna esse indivíduo, um sujeito: sujeito à língua, e ao mesmo tempo sujeito que diz por si, que se responsabiliza pelo que diz e procura dar unidade ao seu dizer - e não um objeto que é dito. Essa, portanto, é a função que caracteriza todo sujeito, a função-autor, válida também para os sujeitos dos discursos de oralidade. Nesse sentido, o autor é um princípio organizador dos textos e dos discursos, e na medida que é uma função de um sujeito, é resultante do processo de interpelação que torna todo indivíduo, um sujeito. (GALLO, 2023, no prelo)

Assim, diferente do efeito-autor, que é um efeito dos discursos de escrita, a função-autor é função de todo sujeito. No entanto, o que é preciso considerar, neste momento, é que a materialidade digital e a consequente prática técnica que ela engendra tem deslocado essa função do sujeito. Ou seja, o fato de haver, nos espaços enunciativos informatizados, a possibilidade de tornar um conteúdo público, instantaneamente, exime o sujeito de uma inscrição em um discurso de escrita, em que a prática da publicação é sistematizada e relacionada à legitimidade. Ao contrário disso, nos espaços enunciativos informatizados não há rituais de publicação - os conteúdos textuais são publicizados a partir de uma prática técnica. A consequência disso, em termos de autoria, é que a tomada de posição do sujeito que torna um conteúdo público, não é relativa a um discurso de escrita, mas ao espaço enunciativo em questão. É com o espaço que ele se identifica e, por outro lado, é o espaço que lhe tornará identificável: um determinado perfil. Podemos

dizer que o perfil materializa a função-autor do sujeito, na forma discursiva de escritorialidade.

Muitas consequências podem ser pensadas, a partir dessas considerações. Uma delas é que esse funcionamento é rum dos responsáveis pelo apagamento da contradição nesses espaços, pois o sujeito, sendo a priori identificado ao/no espaço, não pode com ele se contra identificar. Outra consequência desse funcionamento é que a produção de texto pode se reduzir a uma prática parafrástica, em que a repetibilidade não é um problema, ao contrário, é desejável, pois facilita os processos de marketing. Forjam-se textos a partir de uma espécie de modelo normatizado em cada espaço enunciativo, e a partir deles a atividade produtiva não necessita de uma posição sujeito para além daquela do perfil correspondente.

Finalmente, podemos concluir que a produção automática de texto que agora estamos vendo acontecer com efetividade por programas de computador como o ChatGPT<sup>i</sup>, não aparece do nada, nem funda uma forma discursiva<sup>ii</sup>. Ao contrário, quando surgiu ela já estava germinada nas redes sociais, e só por isso pode ser imediatamente reconhecida e consumida.

## Referências

GALLO, Solange L. ChatGPT: hiperautor ou não autor? **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 1, n. 1, jan-jun 2023. [no prelo]

GALLO, Solange. L.; PEQUENO, Vitor. ; SILVEIRA, Juliana. . Live - presença, ausência e corpo em isolamento. **Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras**. v. 16, p. 123-141, 2020.

GALLO, Solange L.; PEQUENO, Vitor; SILVEIRA, Juliana. Normatização, Miatização e Espaços Enunciativos Informatizados ou: O que torna possível o efeito de sentido de fakenews. In: IX SEAD **Seminário de Análise do Discurso**, 2019, Recife. IX SEAD a Análise do Discurso e suas condições de Produção. Recife: UFPE, 2019. v. 1. p. 1-10.

GALLO, Solange. L.; SILVEIRA, Juliana. . Forma-discurso de Escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: Gallo, S.L; Flores, G.B; Neckel, N. M.; Lagazzi, S.; Pfeiffer, C. C.; Zoppi-Fontana, M. (Org.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. Vol 3. LED. Campinas: Pontes, 2017, v. 3, p. 171-194.

GUIMARÃES, Eduardo . **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica, Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes, 2018.

LAGAZZI, Suzy - Análise de Discurso: a materialidade significativa na história. In. **Linguagem, História e Memória - Discursos em Movimento**. A. DiRenzo, A.L.A.R.da Motta, T.P de Oliveira (Org.). Campinas: Pontes, 2011. p 275-290.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Ed. Pontes, 2ª ed, 2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. Campinas: Ed. Cortez, 6ª ed, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões e Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. v.19. p. 7-24. jul/dez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje, in. ORLANDI, Eni.(Org.). **Gestos de Leitura: da História no Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p.55-65.

PÊCHEUX, Michel Análise automática do discurso (AAD-69). (1993). Parte I. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1993.

PEQUENO, Vitor. **Tecnologia e Esquecimento: uma crítica a representações universais de linguagem**. Campinas: Pontes, 2020.

SILVA, Márcio José da. **Repositórios Institucionais Brasileiros: entre público e privado nos processos de produção e circulação do conhecimento científico**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL. Palhoça-SC, 2018.

---

<sup>i</sup> Modelo de linguagem da OpenAI, amplamente difundido como ChatGPT, sigla que significa Chat Generative Pre-trained Transformer

<sup>ii</sup> Recentemente produzi um artigo (GALLO, 2023) no qual discuto a questão da autoria no ChatGPT (ver bibl.)